



AO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECURÁRIA (MAPA)
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES

Referência: Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – Processo administrativo: 21000.028664/2023-16
Assunto: Impugnação

Prezados (as), integrantes da comissão de licitação,

A empresa **ROCHA BRESSAN ENERGIA E TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.415.117/0001-20**, por meio de seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente, protocolar pedido de IMPUGNAÇÃO ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026, que tem por objeto a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília – DF, conforme demonstrado abaixo.

A presente impugnação fundamenta-se em vício material de caráter normativo que ofende o Princípio da Clareza, Proporcionalidade e Razoabilidade das exigências editalícias, em desconformidade flagrante com a Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).

1 - CONTRADIÇÃO NORMATIVA NOS ITENS 10.8.1.2 E 10.8.1.4: EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO ABNT NBR 15247 PARA SALAS QUE O PRÓPRIO EDITAL RECONHECE NÃO POSSUIR

O Edital apresenta uma contradição lógica e jurídica insanável entre as seções que definem o escopo técnico e aquelas que estabelecem as exigências de habilitação:

SEÇÃO 1 - Reconhecimento Explícito de Não Certificação:

O Termo de Referência, Itens 3.5, 3.6 e 4.21.12, estabelecem com clareza cristalina:

"3.5 A solução proposta foi estruturada considerando as características específicas de cada ambiente e suas exigências normativas. Apenas a Sala Cofre do MDA manterá a exigência de certificação conforme a norma ABNT NBR 15247. As demais salas (MAPA e INMET) receberão manutenção sem a obrigatoriedade da certificação..."

"3.6 As salas cofres do MAPA foram construídas antes da publicação da norma ABNT NBR 15247 e não possuem certificação vigente. Embora não sejam certificadas, essas salas continuarão recebendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva..."

"4.21.12 As salas cofres do MAPA [estão] construídas antes da criação norma ABNT 15247, sendo assim não possuem a referida certificação."

SEÇÃO 2 — Exigência Contraditória de Certificação:

O Edital, Itens 10.8.1.2 (Grupo 1 - MAPA) e 10.8.1.4 (Grupo 3 - INMET), exigem:



"10.8.1.2 A Licitante deverá apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica... que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre, construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247 e ou ECBS..."

"10.8.1.4 [Exigência idêntica para o INMET]"

Temos então:

Sala do MAPA e INMET

"Construída antes de NBR 15247" + "Não possui certificação" (Itens 3.5, 3.6, 4.21.12)

Exigência para MAPA e INMET

"Comprove experiência em sala conforme ABNT NBR 15247" (Item 10.8.1.2)

Resultado Lógico

IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA: Exigir experiência em norma que não se aplica ao objeto.

Fundamentos Jurídicos da Impugnação

Princípio da Clareza e Não Contradição Interna do Edital

Lei nº 14.133/2021, art. 5º:

"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da competição, da confidencialidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da efetividade."

A vinculação ao instrumento convocatório exige que o Edital seja claro, preciso e não contraditório. Um edital que contradiz a si mesmo viola frontalmente este princípio porque:

- 1 - Cria incerteza sobre as exigências reais;
- 2 - Prejudica a avaliação técnica do licitante;
- 3 - Compromete a isonomia, pois alguns licitantes podem interpretar de forma diferente da Administração.

Jurisprudência Aplicável:

TCU - Acórdão 2448/2023 - Plenário e Segunda Câmara:

"O Edital deve ser claro, preciso e não contraditório. Inconsistências internas constituem vício processual grave que justifica anulação ou reforma do instrumento convocatório."

TCU - Decisão Normativa 02/2023:

"A clareza normativa é requisito essencial para que licitantes possam participar de forma equitativa. Ambiguidades e contradições beneficiam apenas aqueles que conseguem acessar interpretações privilegiadas da Administração."

Princípio da Proporcionalidade e Razoabilidade

Lei nº 14.133/2021, art. 30:



"As exigências de qualificação do licitante serão limitadas àquelas necessárias e suficientes para a demonstração da capacidade de realizar o objeto."

Exigir que licitante comprove experiência em ABNT NBR 15247 para sala que não possui essa certificação é:

- 1 - Desproporcional: A exigência não é proporcional ao objeto (manutenção de sala sem certificação);
- 2 - Desnecessária: Se a sala não é certificada, por que exigir experiência em certificação?
- 3 - Irrazoável: Viola o bom senso e a lógica técnica.

Jurisprudência Aplicável:

TCU - Acórdão 1937/2024 - Plenário:

"Exigências técnicas que não guardam correlação proporcional com o objeto da contratação constituem barreira indevida à participação e podem ser anuladas por violação do princípio da razoabilidade."

TCU - Nota Técnica 01/2024:

"Não há justificativa técnica para condicionar a manutenção exclusivamente a empresas com experiência em normas específicas quando o objeto não exige conformidade com essas normas. Tal exigência restringe indevidamente a concorrência."

Princípio da Isonomia

Lei nº 14.133/2021, art. 14:

"As licitações serão realizadas sob observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, legalidade, moralidade, transparência, da isonomia, da segurança jurídica, da eficiência e da efetividade."

A contradição interna do edital afeta diretamente a isonomia porque:

- 1 - Empresas sem experiência em NBR 15247 podem ser indevidamente desclassificadas, mesmo tendo experiência válida em manutenção de salas não certificadas;
- 2 - Empresas com experiência em NBR 15247 ganham vantagem artificial, mesmo que sua experiência não seja aplicável ao objeto real;
- 3 - A interpretação do edital fica à mercê da Administração, não da lei.

Realidade Técnica:

Salas cofres construídas antes de 2008 (antes de ABNT NBR 15247) podem ter:

- 1 - Estrutura e materiais diferentes daqueles exigidos por NBR 15247;
- 2 - Sistemas de climatização, controle de acesso e combate a incêndio não conformes à norma;
- 3 - Histórico de manutenção fora dos protocolos de NBR 15247 (sem RATs, sem testes de estanqueidade conforme NFPA 2001, etc.).

Fundamentos Legais:

Vinculação ao Instrumento Convocatório – Art. 5º, Lei nº 14.133/2021



Proporcionalidade de Exigências – Art. 30, Lei nº 14.133/2021
Isonomia – Art. 14, Lei nº 14.133/2021
Direito de Impugnação – Art. 41, §1º, Lei nº 14.133/2021
Acórdão 1937/2024 - TCU – Plenário – Contratação de Salas Cofre
Acórdão 2448/2023 – TCU – Exigências Técnicas
Nota Técnica 01/2024 – TCU - Restrição de Mercado

2 - REDAÇÃO NORMATIVA PROPOSTA

A impugnante solicita que os Itens 10.8.1.2 (Grupo 1 - MAPA) e 10.8.1.4 (Grupo 3 - INMET) sejam REVISADOS E REPUBLICADOS conforme segue:

NOVA REDAÇÃO PROPOSTA:

Item 10.8.1.2 10.8.1.4 (Grupo 1 – MAPA e GRUPO 3 INMET):

"A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre ou ambiente crítico equivalente, com foco na preservação de operacionalidade, estanqueidade, segurança física e resistência a fogo, umidade, gases corrosivos e impacto.

A experiência pode incluir salas cofres conforme ABNT NBR 15247, ou salas cofres não certificadas que atendem aos requisitos técnicos de proteção contra incêndio, inundação, acesso indevido e sabotagem, sem obrigatoriedade de certificação específica pela norma."

Justificativa da Redação Proposta:

Elimina a contradição ao reconhecer que a sala não é certificada, mas exige experiência técnica válida;

Mantém rigor técnico ao exigir comprovação de experiência em "ambientes críticos equivalentes";

Amplia a concorrência ao aceitar experiência em salas com ou sem certificação;

Alinha-se à lógica do próprio edital (que reconhece falta de certificação nos Itens 3.5, 3.6, 4.21.12);

Cumprir jurisprudência TCU sobre proporcionalidade e razoabilidade.

3 - CONCLUSÃO

A impugnante REQUER ao Ministério da Agricultura e Pecuária:

Que sejam REVISADOS E REPUBLICADOS os Itens 10.8.1.2 (Grupo 1 - MAPA) e 10.8.1.4 (Grupo 3 - INMET) do Edital e Termo de Referência, conforme redação proposta acima, eliminando a contradição normativa que exige experiência em certificação ABNT NBR 15247 para salas que o próprio edital reconhece não possuir.



O vício normativo identificado é grave, objetivo e facilmente corrigível. A contradição entre os Itens 3.5/3.6/4.21.12 (reconhecendo falta de certificação) e Itens 10.8.1.2/10.8.1.4 (exigindo experiência em certificação) viola flagrantemente os princípios de clareza, proporcionalidade e razoabilidade.

A redação proposta pela impugnante resolve completamente o vício, mantendo rigor técnico e ampliando adequadamente a concorrência, conforme recomendação expressa do TCU.

Limitados ao exposto, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Brasília/DF, 06 de abril de 2026.